

POBREZA, DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO E CAUSAS EXPLICATIVAS DA RENDA INDIVIDUAL EM MATO GROSSO: 2001, 2006 E 2011

Dayanne Darth Ananias

Mestra em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e professora de Economia da mesma instituição.

E-mail: day_darth@hotmail.com

Benedito Dias Pereira

Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

E-mail: operariano@bol.com.br

Resumo

Com os dados de 2001, 2006 e 2011, estimam-se indicadores de pobreza e desigualdade da distribuição de renda, com base na renda familiar individual, para os ambientes urbano e rural, bem como para a economia de Mato Grosso como um todo. Apesar de apresentarem tendência decrescente, os indicadores de pobreza e desigualdade obtidos podem ser considerados elevados. Como complemento, estima-se a distribuição da renda *per capita* ordenada por grupos de decis. Após essas etapas, usando regressão múltipla para cada um dos três anos, cujas variáveis independentes são cor da pele, idade, sexo e anos de estudo, identificam-se causas explicativas do rendimento individual. Verificou-se que o gênero feminino e a cor preta contribuem para a redução dessas rendas, e a educação e a idade exercem efeito positivo sobre esse indicador.

Palavras-chave: Desigualdade; Pobreza absoluta; Fatores socioeconômicos.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os diversos problemas sociais existentes no Brasil e na maioria das suas unidades federativas, a pobreza, o nível e a desigualdade da distribuição de renda representam indicadores cada vez mais discutidos. É desnecessário afirmar que, quando contempla a identificação de causas que influenciam essas variáveis, esse debate pode sugerir a formulação e adoção de políticas públicas voltadas para a redução desses efeitos e, em decorrência, contribuir para a melhoria do contexto social afim.

Essas estimativas ganham mais importância quando esses estudos se realizam com estatísticas da economia de Mato Grosso e unidades federativas com caracteres correlatos, que se notabilizam pelo acentuado incremento nos últimos anos do produto interno bruto (PIB), superior ao do Brasil como um todo. Esse crescimento ocorre com supremacia das atividades agropecuárias, com destaque para a sojicultura, que representa o eixo dinâmico da economia regional, voltada majoritariamente para a exportação.

O elevado desempenho da economia de Mato Grosso nas últimas décadas se particulariza pela ampla modernização das suas forças produtivas e das suas relações sociais, ancoradas em diversas inovações tecnológicas. A despeito desses atributos, contudo, nessa economia remanescem velhas, controversas e não resolvidas questões sociais, coexistentes com a atual *performance* do

PIB, que, de acordo com as Contas Regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase quintuplicou entre 2001 e 2011.

Nesse ambiente, tanto para a economia de Mato Grosso quanto para os seus ambientes urbano e o rural, é natural que se indague:

- Como variaram os indicadores de pobreza e desigualdade da distribuição da renda individual entre 2001, 2006 e 2011?
- Ademais, nesses mesmos anos, como o sexo, a idade, os anos de estudo e a cor da pele das pessoas influenciaram o nível dessa renda?

Como se pode inferir, esta pesquisa se desenvolve em ambiente marcado por elevada modernização das forças produtivas, nucleada em número relativamente reduzido de grandes empresas agropastoris, cujos processos produtivos se impulsionam em inovações tecnológicas altamente intensivas em capital, coexistentes com pequenas unidades, usuárias de tecnologias menos dinâmicas e com predomínio da mão de obra familiar.

Diante dessas e de outras evidências, pressupõe-se que os indicadores de pobreza e desigualdade a serem estimados, embora elevados, apresentam trajetória decrescente entre 2001 e 2011. Ademais, como a socioeconomia regional se movimenta com caracteres que fertilizam e veiculam diversas ações discricionárias, também se formula a hipótese de que o nível de renda individual é influenciado negativamente pela cor negra e pelo gênero feminino e positivamente pela escolaridade e pela idade.

Além deste texto introdutório, este trabalho apresenta mais três partes. Procurando detalhar os indicadores a serem estimados, a segunda traz a metodologia. Na terceira, elaboram-se a análise e a discussão dos resultados mais relevantes. Na quarta parte, constam as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Os indicadores sobre desigualdade da distribuição de renda individual foram medidos por meio do índice de Gini e os referentes à pobreza por intermédio do número e da proporção de pobres, da proporção de indigentes (pobreza extrema) e da intensidade ou do hiato de pobreza, com abrangência para a economia de Mato Grosso, bem como para os seus ambientes urbano e

rural. Essas estimativas, com o uso do *software* Stata, foram realizadas a partir da renda familiar individual contida nos microdados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2001, 2006 e 2011, pesquisados e publicados pelo IBGE. Depois dessa fase, analisou-se distribuição da renda *per capita* ordenada por grupos de decis. Além disso, para os três anos investigados, com adoção de regressão múltipla, cujas variáveis independentes são cor de pele, idade, sexo (consideradas como desigualdades atribuídas) e anos de estudos (desigualdade adquirida), investigaram-se as causas que podem explicar as rendas individuais.

A escolha da linha de pobreza foi realizada com recorrência a critério comumente usado em estudos congêneres no Brasil. A linha de pobreza adotada é de meio salário mínimo, e a linha de indigência é de um quarto do salário mínimo (HOFFMANN, 2004; MARIANO; NEDER, 2004). Deflacionadas pelo IGP-DI com base em setembro de 2011, as linhas de pobreza em setembro de 2001, 2006 e 2011, sucessivamente, são: R\$ 199,06, R\$ 239,59 e R\$ 272,50.

Com base em Osório, Soares e Souza (2011) e Hoffmann (1998), de forma resumida, a seguir discorre-se sobre os assuntos mais relevantes acerca do índice de Gini, bem como a respeito dos indicadores de pobreza, quantidade de pobres, proporção de pobres e hiato de pobreza.

■ 2.1 Índice de Gini

Dentre as medidas de desigualdade de distribuição de renda, uma das mais utilizadas é o índice de Gini (G), dada pela seguinte equação:

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha \quad (1)$$

Como, em (1), o valor de α varia entre 0 e 0,5, e o intervalo fechado de G situa-se em $[0,1]$: se $G = 0$, a distribuição de renda exprime perfeita igualdade, e, se $G = 1$, há perfeita desigualdade, isto é, um indivíduo se apropria de toda a renda.

2.2 Medidas de pobreza

A conceituação de pobreza absoluta considera a carência absoluta, ou seja, a insuficiência de renda para satisfazer o mínimo necessário à sobrevivência. De acordo com esse entendimento, são consideradas pobres as pessoas com renda abaixo da linha de pobreza (Z): meio salário mínimo. Os indicadores usados para medir a pobreza são: quantidade ou número de pobres (Q), proporção de pobres (P_0) e de indigentes (P_1) e intensidade ou hiato da pobreza (I). A equação que quantifica Q é:

$$Q = \sum_{i=1}^q P_i w_i \quad (2)$$

Em (2), P_i é uma variável dicotômica que assume valor 1 se a pessoa for pobre e 0 caso contrário, e w_i representa o fator expansão cujo somatório resulta na projeção da população. Para se medir a proporção de pobres (P_0), recorre-se à equação:

$$P_0 = \frac{Q}{N}, 0 < P_0 < 1 \quad (3)$$

Em (3), Q mede o número de pessoas com renda inferior à linha da pobreza (Z); e N, a população. Para estimar a proporção das pessoas extremamente pobres (P_1), ajusta-se essa fórmula à linha de indigência adotada. Para o cálculo da intensidade ou do hiato da pobreza (I), utiliza-se a relação entre a renda média dos pobres (m) e a linha da pobreza (Z). Nesses termos, tomando como referência o intervalo entre 0 e 1: quanto mais próximo de 1, maior a intensidade da pobreza, estimada por:

$$I = 1 - \frac{m}{z}, 0 < I < 1 \quad (4)$$

■ 2.3 Regressões múltiplas

Para evitar resultados com estimadores enviesados nas regressões, considerou-se o plano amostral complexo da Pnad. A variável dependente da regressão a ser realizada se constitui no logaritmo da renda individual de todas as fontes de renda, em que se utilizam as seguintes variáveis independentes: sexo, cor, idade, idade ao quadrado e os anos de estudos. Sob essas condições, a equação da renda individual é especificada da seguinte forma:

$$\ln_renda = \alpha + \beta_0 \text{ sexo} + \beta_1 \text{ cor} + \beta_2 \text{ idade} + \beta_3 \text{ idade}^2 + \beta_4 \text{ anos de estudos} + \varepsilon_i \quad (5)$$

Em (5), as variáveis sexo e cor são classificadas como qualitativa ou *dummy*: usa-se o número 1 para mulher e 0 para homem, e 1 para a cor preta e 0, em caso diferente.

3

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As estimativas do indicador de desigualdade da distribuição de renda individual, realizadas por intermédio do índice de Gini, assim como as de pobreza, realizadas por meio do número e da proporção de pobres, da proporção de indigentes (pobreza extrema) e do hiato ou da intensidade de pobreza, estão anotadas na Tabela 1.

Tabela 1

Indicadores de pobreza e desigualdade da distribuição de renda individual em Mato Grosso (MT): 2001, 2006 e 2011 (%)

Indicadores	2001			2006			2011		
	MT	Urbano	Rural	MT	Urbano	Rural	MT	Urbano	Rural
Situação censitária									
Linha de pobreza (Z)	R\$ 199,02			R\$ 239,59			R\$ 272,5		

(continua)

Tabela 1

Indicadores de pobreza e desigualdade da distribuição de renda individual em Mato Grosso (MT): 2001, 2006 e 2011 (%) (conclusão)

Indicadores	2001			2006			2011		
	MT	Urbano	Rural	MT	Urbano	Rural	MT	Urbano	Rural
Número de pobres (Q)/(1000)	1.237	930	307	1.033	697	336	588	442	146
Proporção de pobres (P ₀)	61.37	56.86	80.78	44.39	39.42	60.69	18.69	16.62	29.80
Proporção de indigentes (P ₁)	30.85	25.51	53.79	17.24	14.36	26.70	5.00	4.37	8.43
Hiato ou intensidade da pobreza (I)	30.73	26.59	48.51	19.11	16.51	27.63	7.06	6.36	10.83
Índice de Gini (G)	0,56	0,55	0,51	0,54	0,53	0,52	0,48	0,48	0,40

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos microdados da Pnad 2001, 2006 e 2011.

Como se observa, é nítida a redução dos indicadores de pobreza e da desigualdade da distribuição da renda individual em Mato Grosso de 2001 a 2011, seja na economia como um todo, seja no ambiente urbano e no rural. Em especial, nota-se que os indicadores de pobreza são mais elevados na área rural, divergindo do comportamento nacional, cuja pobreza é predominantemente urbana (ROCHA, 2006; CUNHA, 2009). Também com realce vê-se que a proporção de pobres é excessivamente alta em 2001 (aproximadamente 81,00% da população rural), decrescendo para a vizinhança de 30% em 2011.

Verifica-se, em complemento, que parte considerável da população de Mato Grosso vivia com rendimento individual abaixo do mínimo que provê a satisfação das necessidades elementares, visto que a proporção dos pobres (P₀) exibe valor em torno de 61,00% em 2001, contraindo para 44,00% em 2006 e para 19,00% em 2011. Todavia, a despeito desse declínio, esse percentual ainda é elevado e preocupante, visto que a pobreza abrange mais que um quinto da população do Estado.

A proporção de indigentes (P_1), por oportuno, requer atenção especial, pois contempla pessoas que sobrevivem em condições de pobreza extrema porquanto suas rendas se situam aquém de um quarto do salário mínimo em termos reais. Percebe-se que essa métrica apresenta grandezas progressivamente decrescentes de 2001 a 2011 na economia mato-grossense, à semelhança do número de pobres (Q), exceto no ambiente rural em 2006, cujo valor ascende em relação a 2001.

Quanto à intensidade ou ao hiato da pobreza (I), constata-se que a renda dos pobres alcançou 69,00% em 2001 e 93,00% em 2011, tomando a linha de pobreza como referência. Na área rural, permeia intensidade da pobreza superior à urbana. Em alusão ao G , apesar de ter suas importâncias gradualmente reduzidas de 0,56 em 2001 para 0,48 em 2011, ainda apresenta percentuais elevados na economia como um todo.

Outrossim, é importante salientar que a Pnad capta apenas os rendimentos na dimensão monetária, não considerando a produção própria, e, dessa forma, de modo geral, superestima a pobreza rural. Em adição, as informações sobre a renda podem conter erros de declaração. Diante disso, Hoffmann e Ney (2008, p. 2) alertam sobre a “tendência geral de subdeclarar as rendas”, o que pode comprometer os indicadores que mensuram a desigualdade da distribuição de renda, recomendando, nessas condições, certo grau de desconfiança no tratamento das amostras domiciliares.

Além disso, a perspectiva meramente econômica adotada neste trabalho, como mensuradora única de bem-estar, é objeto de muitas críticas (ROMÃO, 1993), dado que a pobreza pode ser avaliada por intermédio de outras dimensões ou perspectivas, além da renda.

Em síntese, por causa do crescimento expressivo e persistente da produtividade dos fatores de produção alocados na economia regional, com dominância da sojicultura e número reduzido de outras atividades menos dinâmicas, coexistentes com a agricultura familiar, nos anos mais recentes, em Mato Grosso, delinea-se um cenário em que o crescimento econômico e a redução da desigualdade da distribuição de renda têm beneficiado os pobres, inclusive os indigentes.

Como observado na Tabela 1, em geral, esses resultados confirmam hipóteses previamente enunciadas, ratificadas pela leitura dos dados da Tabela 2, em que se nota a distribuição da renda *per capita* por grupos de decis em 2001, 2006 e 2011.

Tabela 2

Distribuição da renda *per capita* ordenada por grupos de decis em Mato Grosso: 2001, 2006 e 2011 (%)

Participação do grupo	2001	2006	2011
1° decil	0,64	1,07	1,47
2° decil	2,07	2,46	3,08
3° decil	3,01	3,97	3,82
4° decil	4,22	3,61	4,90
5° decil	4,81	5,37	6,02
6° decil	6,30	6,66	7,19
7° decil	7,76	7,91	8,89
8° decil	10,63	10,48	11,35
9° decil	15,33	15,23	15,51
10° decil	45,23	43,24	37,77

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos microdados da Pnad 2001, 2006 e 2011.

Visualiza-se ascensão da fração do primeiro decil na distribuição da renda *per capita*: de 0,64% em 2001 para 1,07% em 2006 e para 1,47% em 2011, à semelhança dos demais decis inferiores, contrariamente à participação do grupo mais rico (décimo decil), que diminui sua parcela em torno de 45,00% em 2001 para aproximadamente 38,00% em 2011, de modo análogo aos outros decis superiores.

Uma vez realizadas essas discussões, logo a seguir, com base nos dados anotados na Tabela 3, analisam-se as estimativas das regressões múltiplas, que, relembra-se, buscam causas explicativas para as variações da renda individual em Mato Grosso, medida em logaritmo de todas as fontes pesquisadas pela Pnad. Essa variável, relembra-se, foi explicitada em função das seguintes variáveis independentes: sexo (feminino), cor (preta), idade (medida em anos e em anos ao quadrado) e escolaridade (mensurada em anos de estudo).

Tabela 3

Regressões da renda individual para Mato Grosso: 2001, 2006 e 2011

Variáveis explicativas	2001			2006			2011		
	Coeficiente	ME	Meff	Coeficiente	ME	Meff	Coeficiente	ME	Meff
Constante	3.50	–	1.63	3.92	–	4.11	4.87	–	1.31
Gênero (feminino)	-0.55	-16.60	1.29	-0.64	-21.76	1.70	-0.59	22.81	1.28
Cor (preta)	-0.13	2.51*	0.74	-0.11	2.02*	1.53	-0.11	-3.22	0.86
Idade	0.08	13.12	2.25	0.067	14.40	2.08	0.06	15.99	1.08
Idade ^ 2	-0.0007	-10.39	2.15	-0.0004	-10.45	1.78	-0.0004	12.82	0.95
Anos de estudo	0.107	21.23	2.19	0,115	20.02	4.52	0.09	19.96	2.71
Número de observações	2.728			4.628			4.278		
R ²	0.37			0.39			0.31		

A variável dependente refere-se ao logaritmo de todas as fontes de renda.

ME = *marginal effect* (efeito marginal); Meff = *misspecification effect* (efeito de especificação).

* Valor significativo ao nível de significância de 5%. Os demais valores são significativos a 1%.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos microdados da Pnad 2001,2006 e 2011.

As variáveis estimadas apresentam significância estatística ao nível de significância de 1% nas regressões referentes aos três anos, exceto a variável “cor”, que é estatisticamente significativa apenas ao nível de significância de 5% em 2001 e 2006. Assim sendo, essas grandezas sugerem que a formação da renda individual em Mato Grosso depende de determinadas características físicas ou socioeconômicas.

Como ilustração, por meio da estatística efeito de especificação (*misspecification effect* – Meff), é possível analisar a variância dos parâmetros comparando-os com os regressores que não contemplam atributos no plano amostral da Pnad, como pesos, conglomerados e estratificação. Nesses casos, como, de modo geral, a estatística Meff é positiva e superior à unidade, a desconsidera-

ção desses atributos naturalmente resultaria em viés na variância desses regressores.

Em particular, as mulheres auferem 55,00% das rendas dos homens em 2001, 64,00% em 2006 e 59,00% em 2011. Por sua vez, as rendas das pessoas com cor da pele preta são inferiores às dos homens em 13,00% em 2001 e 11,00% em 2006 e 2011. Destarte, com efeitos marginais negativos, esses dois caracteres nitidamente se transmutam em desvalorização social. Além disso, a idade tem efeito positivo sobre a renda individual: a cada ano adicional, o diferencial do nível da renda chega a 8,00% em 2001, 6,70% em 2006 e 6,00% em 2011. Por fim, infere-se que um ano adicional de estudo formal eleva a renda, sucessivamente, nos três anos investigados, em cerca de 10,70%, 11,50% e 9,00%.

Esses resultados, se, de um lado, confirmam hipóteses do trabalho, de outro, revelam que a socioeconomia regional, embora com tendência decrescente, ainda se movimenta de modo relevante com diversos elementos indutores da discriminação racial e de gênero, ou seja, voltada contra as pessoas com cor da pele preta, bem como de forma adversa à mulher, além de abrigar outras características no mercado de trabalho hostis às pessoas mais jovens e com menos anos de estudo formal.

A partir dos aqui obtidos e de resultados análogos, como acontece com diversos debates econômicos, as discussões sobre a desigualdade da distribuição de renda ou pobreza são marcadas por posicionamentos analíticos e interpretações distintas. Por exemplo:

A posição liberal de direita afirma que só as forças de mercado, a iniciativa individual e o aumento da produtividade possibilitam no longo prazo uma melhoria efetiva da renda e das condições de vida, em particular dos mais desfavorecidos. Nessa lógica, a ação pública de redistribuição deve não apenas ser moderada, mas também se limitar a instrumentos que interfiram o mínimo possível nesse mecanismo virtuoso (PIKETTY, 2015, p. 9).

Dessa forma, em tempos de recrudescimento dos ideais do neoliberalismo, recoloca-se a velha e revigorada crença de que o livre funcionamento dos mercados, pressupondo a mínima participação do Estado, especialmente por meio da formulação de políticas públicas, não obstante gerar desigualdade e pobreza, naturalmente traz consigo a correção desses efeitos socialmente nefastos.

Entretanto, não é preciso lembrar que essa visão está colorida com tons e matizes ideológicos que reforçam, consolidam e legitimam as métricas estimadas de expressivos indicadores sociais, como a pobreza e desigualdade da distribuição de renda, reforçadas por ações discricionárias, consentâneas com os níveis estimados neste trabalho e que usualmente se estabelecem nas economias regionais com caracteres afins aos da mato-grossense.

Nesses termos, acredita-se que uma corrente significativa de economistas e outros cientistas sociais deve referenciar as contribuições teóricas e empíricas com foco em resultados socioeconômicos representados por níveis reduzidos de pobreza e com distribuição de renda mais equitativa, portanto contemplando entendimentos divergentes ou conflitantes dos exibidos pelo *mainstream*, como os nucleados na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), criada pela Organização das Nações Unidas em 1948.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia de Mato Grosso apresentou taxas de crescimento elevadas em seus agregados macroeconômicos, no início do século XXI, com suporte no aumento da produtividade dos fatores de produção alocados na agropecuária, que se volta predominantemente para a exportação. Os diversos efeitos decorrentes dessa dinâmica requerem reflexões e análises com focos bem definidos, como os incidentes sobre os indicadores de pobreza e da desigualdade da distribuição de renda. Por oportuno, os resultados deste trabalho sugerem que o crescimento econômico mato-grossense e a redução da desigualdade da distribuição de renda têm beneficiado os mais pobres.

Nesse cenário, além das variações do grau das métricas da pobreza e da desigualdade da distribuição de renda que apontam a presença desse movimento socialmente desejável, a década estudada registrou contração da renda apropriada pelos mais ricos (décimo decil) e incremento da renda apropriada pelos mais pobres (primeiro decil), embora esse percentual ainda seja extremamente reduzido (aproximadamente 1,5% da renda *per capita* em 2011).

Entretanto, as estimativas das regressões econométricas sinalizam a existência de grupos sociais extremamente vulneráveis às características da econo-

mia mato-grossense, em especial as mulheres, os negros, as pessoas com baixa escolaridade e as mais jovens, evidenciando que a discriminação e outros fatores afins estão imersos nas relações socioeconômicas regionais. Em consequência, políticas públicas bem definidas devem ser formuladas e adotadas com vistas à redução ou eliminação dos resultados desses caracteres.

A despeito dos avanços sociais ocorridos durante o decênio estudado, sugeridos pelas trajetórias declinantes da pobreza e da desigualdade, as políticas públicas idealizadas e adotadas com inspiração no ideário neoclássico, alinhadas com o livre funcionamento das forças de mercado, não vêm atuando para ascensão mais acentuada da equidade social. Esses resultados se concretizam, notadamente, porque, além da lógica concentradora das inovações tecnológicas regionalmente empreendidas, a economia local se ancora em estrutura fundiária extremamente concentrada e, por conseguinte, refratária aos movimentos cadentes mais expressivos de indicadores sociais, em especial, da pobreza e da desigualdade da distribuição de renda.

POVERTY, INEQUALITY OF DISTRIBUTION AND EXPLANATORY CAUSES OF INDIVIDUAL INCOME IN MATO GROSSO: 2001, 2006 AND 2011

Abstract

With data of 2001, 2006 and 2011, are estimated poverty indicators and the inequality of income distribution, based on the individual family income, to the urban and rural environment, as well as of the economy of Mato Grosso. Despite exhibiting a downward trend, indicators of poverty and inequality can be considered high. In addition, draws up distribution of per capita income by deciles ordered groups. After these steps, using multiple regression, for each of the three years, whose independent variables are: skin color, age, sex and years of study, identify explanatory causes of the individual income. It was found that females and black color contribute to the reduction of this income, while education and age have a positive effect on this indicator.

Keywords: Inequality; Absolute poverty; Socio-economic factors.

Referências

- CUNHA, M. S. da. Desigualdade e pobreza dos domicílios rurais e urbanos no Brasil, 1981-2005. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 40, n. 1, p. 9-30, jan./mar. 2009.
- HOFFMANN, R. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- HOFFMANN, R. Elasticidade da pobreza em relação à renda média e à desigualdade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Anpec, 2004.
- HOFFMANN, R.; NEY, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. *Revista Econômica*, Rio Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-39, jun. 2008.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Base de dados macroeconômicos IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Base de dados*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- MARIANO, J. L.; NEDER, H. D. Renda e pobreza entre famílias no meio rural do Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 2004.
- OSÓRIO, R. G.; MEDEIROS, M. Concentração de renda e pobreza na Bahia: 1981-1999. In: SEI-BA. (Org.). *Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais*. Pobreza e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003. v. 63, p. 249-266. (Série Estudos e pesquisas).
- OSÓRIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; SOUZA, P. H. G. de. *Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil*. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para discussão n. 1619).
- PIKETTY, T. *A economia da desigualdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- ROCHA, S. Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da indigência no Brasil. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, DF, n. 22, p.11-38, jun. 2006.
- ROMÃO, M. C. *Pobreza: conceito e mensuração*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1993.